

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - **UNILAB**

Instituto de Humanidades e Letras

**Diversidade Sexual e Educação: Uma abordagem sobre a problemática da
homofobia no ambiente escolar**

ANTONIA GABRIELLY MONTEIRO CARVALHO

Redenção/Ceará

2015

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - **UNILAB**

Instituto de Humanidades e Letras

**Diversidade Sexual e Educação: Uma abordagem sobre a problemática da
homofobia no ambiente escolar**

ANTONIA GABRIELLY MONTEIRO CARVALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Violeta Holanda

Redenção/Ceará

2015

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)

Biblioteca Setorial Campus Liberdade

Catálogo na fonte

Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

Carvalho, Antonia Gabrielly Monteiro.

C321d

Diversidade sexual e educação: uma abordagem sobre a problemática da homofobia no ambiente escolar /Antonia Gabrielly Monteiro Carvalho. Redenção, 2014.

42 f.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador (a): Profa. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda.

Inclui Referências.

1. Homofobia. 2. Discriminação. 3. Educação. I. Título

CDD 370

ANTONIA GABRIELLY MONTEIRO CARVALHO

Diversidade Sexual e Educação: Uma abordagem sobre a problemática da homofobia no ambiente escolar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda – Orientadora

Prof. Dr. Ivan Costa Lima

Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira

*Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso
Aos meus pais, Socorro e Luís Vanderlan.
A eles devo tudo o que sou.
Aos meus irmãos, Gabriel e Vanderlan.
E às minhas avós, Maria Gomes e Francisca Chagas.*

*E à memória de
Manoel Gomes e Antônio Carvalho, meus avôs.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, porque sei que Ele esteve presente em todos os momentos desta jornada, me inspirando, iluminando e protegendo.

Aos meus pais, Socorro e Luís Vanderlan, por me apoiarem nas minhas decisões, por sempre me incentivarem e pelo esforço que fizeram para que eu pudesse estudar.

Aos meus irmãos Gabriel e Vanderlan.

A Fátima Silveira, minha irmã de coração. Por seus conselhos, incentivos e pela ajuda nos momentos em que precisei meu sincero obrigado.

A minha orientadora Professora Dr^a Violeta Holanda, meus agradecimentos sinceros, por suas observações, paciência e dedicação com que me orientou.

Aos participantes da pesquisa, alunos, professores e Núcleo gestor.

Aos meus amigos que me apoiaram e torceram por mim: Natália, Igor, Régis e Milena.

Aos meus tios e tias que me ajudaram nessa caminhada.

A todos os meus professores, por seus ensinamentos durante a minha formação.

A igualdade não é um dado, mas um construído.

Hannah Arendt

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo abordar a temática da diversidade sexual e educação, focalizando a problemática da homofobia no ambiente escolar. Tendo em vista que no contexto da instituição educacional circulam imaginários, formas de hierarquizações, papéis, regras e formatos de participação, construção dos corpos e jogos de linguagem que colocam em ação, de forma cotidiana e por infinita repetição, as diferenças entre os sexos socialmente impostas pelas relações de gênero (Louro, 1999), busco compreender as relações de gênero e as situações de homofobia na escola, a partir de um estudo de caso. A metodologia adotada neste trabalho perpassa pela análise teórico-metodológica acerca da construção social de gênero, da trajetória de lutas dos movimentos feministas e LGBTs por direitos, e da análise do papel da escola na promoção de uma educação voltada para o respeito aos Direitos Humanos. A pesquisa de campo e coleta de dados são realizadas por meio de entrevistas semiestruturadas com alunos(as), professores(as) e diretor de uma escola de ensino médio do município de Redenção/Ceará.

Palavras-chave: Diversidade sexual, homofobia, educação, ambiente escolar.

ABSTRACT

This of course work Conclusion aims to address the issue of sexual diversity and education, focusing on the issue of homophobia at school. Considering that in the context of the educational institution circulate imaginary forms of hierarchies, roles, rules and formats of participation, construction of bodies and language games that put into action everyday form by endless repetition, the differences between the sexes socially imposed by gender relations (Louro, 1999), I seek to understand gender relations and homophobia situations at school, from a case study. The methodology used in this paper goes through the theoretical and methodological analysis about the social construction of gender, the trajectory of struggles of feminist and LGBT movements for rights, and the school's role in promoting the analysis of an education for respect for human rights. The field research and data collection are carried out through semi-structured interviews with students, teachers and headmaster of a secondary school in the municipality of Redenção/Ceará.

Key words: sexual diversity, homophobia, education, school environment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Capítulo 1

1.1- A construção social da sexualidade: Significados e Resistências.....	14
1.2- Diversidade Sexual e Ambiente Escolar.....	24
1.3- Perspectivas Educacionais de Combate ao Sexismo e a Homofobia.....	30

Capítulo 2

2.1- Um breve estudo de caso.....	36
-----------------------------------	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
---------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Durante todo o século XX e início do século XXI as lutas pela igualdade de gênero e também pelo respeito à diversidade sexual têm sido constantes. Contudo, o predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias na sociedade brasileira ainda é uma realidade tão persistente quanto naturalizada. A homofobia, caracterizada por sentimentos de ódio, aversão e desprezo contra as representações sexuais que fogem ao modelo heterossexual, é um fenômeno social preocupante passível de ser observado e compreendido pelo viés da pesquisa científica. Segundo Simões e Facchini (2009),

A homofobia persiste entre nós, sobretudo na forma velada e menos espetacular da humilhação e da segregação cotidianas, que ocorrem em contextos de proximidade, na família, entre vizinhos e conhecidos. Pode-se dizer, sem medo de errar, que sofrer algum tipo de insinuação, ofensa verbal ou de ameaça de agressão física faz parte da experiência social de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p.26).

Do ponto de vista da educação, cada vez mais se estabelece no país o consenso sobre a importância da escola na promoção de uma educação voltada para a cidadania e respeito às diferenças. A escola se estabelece, portanto, como um local privilegiado, visto que pode contribuir para a desconstrução de preconceitos e para a formação cidadã dos estudantes. Por outro lado, a escola não é alheia à sociedade e muitas vezes desempenha o papel de reprodutor de todas as desigualdades e preconceitos existentes na sociedade em geral.

No cotidiano escolar, a sexualidade está presente das mais variadas formas: nos pressupostos acerca da conformação das famílias, dos papéis e do comportamento de homens e mulheres; nos textos dos manuais e nas práticas pedagógicas; em inscrições e pichações nos banheiros e nas carteiras; em olhares insinuantes que buscam decotes, pernas, braguiilhas, traseiros; em brincadeiras, piadas e apelidos que estigmatizam os rapazes mais “delicados” e as moças mais “masculinizadas”. Na perspectiva de Louro (1999),

Dentro da instituição educacional circulam imaginários, formas de hierarquização, papéis, regras e formatos de participação,

construção dos corpos e jogos de linguagem que colocam em ação, de forma cotidiana e por infinita repetição, as diferenças entre os sexos socialmente impostas pelas relações de gênero (Louro, 1999).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é abordar a temática da diversidade sexual e educação, focalizando a problemática da homofobia no ambiente escolar. A escolha do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso se deu principalmente a partir de minha inserção no Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades, da Unilab, onde participei como aluna do Bacharelado em Humanidades, desde 2013, e tive contato com as principais discussões acerca do tema, principalmente no que se refere à homofobia. Somou-se a isso um caso que me chamou bastante atenção a respeito desta problemática, que foi a expulsão de um aluno de uma escola de ensino médio na cidade de Redenção/Ceará por conta de sua sexualidade.

Interessa-me perceber as relações de gênero e as situações de homofobia que são praticadas institucionalmente, no âmbito escolar, seja por omissão ou por invisibilização do problema, e também a que é realizada abertamente por sujeitos, sejam eles alunos, professores ou núcleo gestor, por meio de humilhações, insultos, olhares reprovadores, ameaças e tantas outras formas de discriminação.

Para tanto, o trabalho foi organizado em dois capítulos. O primeiro, destinado a discutir teoricamente a construção social das relações de gênero e sexualidades, assim como a trajetória de lutas dos movimentos feminista e LGBTs por direitos e reconhecimento da cidadania. Também será discutida a problemática da homofobia no ambiente escolar, bem como as perspectivas educacionais atuais contra a discriminação pela orientação sexual. O segundo capítulo, destina-se a perceber a problemática da homofobia na escola, a partir de um breve estudo de caso. Para tanto, a pesquisa de campo foi realizada em uma escola de ensino médio da cidade de Redenção.

A metodologia adotada neste trabalho perpassa pela análise teórico-metodológica acerca do tema, bem como a inserção na pesquisa de campo a partir de entrevistas semiestruturadas com alunos, professores e gestores da escola pesquisada. Por fim, realizei as considerações finais tendo em vista o instigante desafio de compreender a

problemática da homofobia no ambiente de uma escola do município de Redenção, como exercício preliminar da carreira de uma cientista social.

CAPÍTULO 1

1.1- A construção social da sexualidade: Significados e Resistências

Nas construções sociais acerca da sexualidade, a questão de gênero desempenha um papel importante, uma vez que a sociedade define, através de normas e regras qual deve ser o comportamento sexual de homens e mulheres. Uma criação sociocultural que se realiza através das representações e estereótipos de feminilidade e de masculinidade impostos direta ou indiretamente ao indivíduo ao longo da vida.

Tais construções acerca das relações de gênero reforçam a desigualdade existente entre homens e mulheres.

Ao se falar em gênero, não se fala apenas de macho ou fêmea, mas de masculino e feminino, em diversas e dinâmicas masculinidades e feminilidades. Gênero, portanto, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder e estabelecimento e alteração de hierarquias entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é – e o que não é - considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo (BRASIL 2007, p. 16).

Durante todo o século XX e início do século XXI, as lutas pela igualdade de gênero e também pelo respeito à diversidade têm sido constantes. Contudo, o predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias, em todas as sociedades, ainda é uma realidade tão persistente quanto naturalizada.

Na sociedade contemporânea, o gênero está diretamente ligado à heterossexualidade, pois logo que a criança nasce é educada/disciplinada para adquirir o gênero “correto”. Desde o nascimento, somos educados para conviver em sociedade, porém de maneira distinta, caso sejamos menino ou menina. Esta distinção influencia, por exemplo, a decoração do quarto da criança, a cor das roupas e dos objetos pessoais e a escolha dos brinquedos. Assim que a mãe, pai e familiares recebem o resultado do ultrassom, passa-se a “desenhar” o lugar da criança. Se menina, roupas e decorações cor-

de-rosa. Se menino, tudo azul. À medida que crescemos, por meio dos brinquedos, jogos e brincadeiras, e das relações estabelecidas com os grupos e com as pessoas adultas, vamos também aprendendo a distinguir atitudes e gestos tipicamente masculinos ou femininos e a fazer escolhas a partir de tal distinção, ou seja, o modo de pensar e de agir, considerados como correspondentes a cada gênero nos é ensinado desde a infância.

As noções aprendidas na infância, do que é considerado como feminino ou como masculino, acirram-se e consolidam-se na adolescência. A sociabilidade infantil permite ainda certa convivência de meninos e meninas em diferentes atividades coletivas. Já na adolescência, o fato de haver o aprendizado da aproximação ao sexo oposto, mediado por diferentes formas de relacionamento afetivo-sexual (olhar, paquera, namoro), torna os domínios masculinos e femininos mais nítidos, com limites bem definidos entre si. No que diz respeito à questão de gênero, há todo um conjunto de atitudes, posturas e modos de agir social e diferencialmente recomendados aos rapazes e às moças que ensaiam a entrada na sexualidade. No ambiente escolar, por exemplo, o fato de alunas e alunos se ocuparem de diferentes formas, a depender do sexo, demonstra essa construção social. As meninas normalmente ocupam seu tempo lanchando e conversando, passeando em duplas ou trios, jogando vôlei ou handball. Já os alunos, se dedicam ao futebol ou lutas corporais de breve duração.

A partir daí, para estar dentro dos padrões heteronormativos¹, obrigatoriamente, o/a adolescente tem que se sentir atraída por uma pessoa do sexo oposto. Desse modo, toda a variação ou todo o desvio do modelo heterossexual complementar macho/fêmea – através de manifestações atribuídas à homossexualidade, é marginalizada e perseguida como perigosa para a ordem social (BRASIL, 2009, p.128)

A heterossexualidade é concebida como "natural" e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo

1

Heteronormatividade é o termo que se refere aos ditados sociais que limitam os desejos sexuais, a conduta e a identificação de gênero que são admitidos como normais ou aceitáveis àqueles ajustados ao par binário masculino/feminino. (BRASIL, 2009, p.128).

oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais (Louro, 2000).

Parte-se do pressuposto que quem tem pênis é “homem” e, portanto, deve se sentir “masculino” e se comportar como tal. Nessa mesma linha, quem tem vagina é “mulher”, deve se sentir “feminina” e se comportar como tal. O homem tem que desejar a mulher e a mulher, o homem. Somente o homem e a mulher podem se unir em casamento e formar uma família em que serão criados os futuros homens e mulheres, os quais, por sua vez, devem repetir todo o ciclo e, assim, reproduzir a sociedade. Isto corresponde ao que é considerado “certo” e “normal” pelo senso comum. (BRASIL, 2009, p.114).

Crenças e atitudes como essas são repetidas quase inconscientemente, sem que saibamos de onde surgiram. Entretanto, se pensarmos a respeito, veremos que, de um simples fato biológico, determinado pela combinação dos cromossomos X e Y, resultam consequências significativas para a vida em sociedade.

Hoje, quando se observa que em nosso mundo há mulheres e homens e que estas e estes são diferentes entre si, nem sempre nos damos conta do longo processo histórico e cultural separando-os em dois grupos, quase como se fossem de “espécies distintas”. Constatamos com bastante facilidade que existem disparidades entre mulheres e homens: nos direitos e deveres, no acesso a postos de comando, no direito à opinião, nos salários. De acordo com o relatório da ONU “Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar direitos”, sobre desigualdade de gênero, a taxa de desemprego das mulheres é cerca de duas vezes a dos homens, uma diferença que aumenta quando se comparam homens brancos (5,3%) com mulheres afrodescendentes (12,5%). Apenas um quarto das mulheres empregadas está no setor formal. O salário médio para os homens é 30% maior do que o de mulheres. Um terço das famílias brasileiras é chefiada por mulheres, e metade delas é monoparental. As mulheres dedicam mais do que o dobro de seu tempo para as tarefas domésticas do que os homens. A taxa de feminicídio² (para as mulheres) dobrou entre 1980 e 2011, e hoje uma mulher é assassinada a cada duas horas, a maioria por homens com os quais têm relações íntimas,

² O feminicídio é o termo empregado para designar o assassinato de uma mulher pelo simples fato de esta ser mulher. Dessa forma, é uma violência em razão do gênero.

colocando o Brasil como o sétimo país do mundo com maiores taxas de feminicídio. Em 2012, o número de estupros foi superior a 50.000.

O que se vê hoje é, pode-se dizer, produto de uma construção social, algo que constituiu uma parte crucial da organização da desigualdade social. A comparação é um instrumento útil para entendermos a realidade.

Desse modo, o conceito de gênero nos ajuda a compreender que essa maneira de organizar a sociedade dividida nesses dois jeitos de ser: mulher e homem, feminino e masculino gera preconceito e discriminação em relação aos homens também. Do mesmo modo que a cultura constrói um jeito de ser feminino como sendo a maneira “correta” de ser mulher, constrói também um jeito de ser masculino, isto é, a forma “ideal” de ser homem (BRASIL, 2004, p.20).

Segundo Butler a noção de gênero não se constitui de maneira coerente e consistente, ela “estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”. Ela complementa, “como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes”.

Os papéis sociais são construídos dentro de concepções antigas e novas, ideológicas e culturais, que justificam a dominação entre os sexos e suas formas de discriminação, vistas como naturais em relação à condição da mulher. (GENTLE, 2008, p.40).

A esse quadro geral de desigualdades, a teoria feminista denominou relações de gênero, entendendo essa expressão como uma ferramenta para trazer à luz elementos não visíveis da ordem social, uma vez que eles foram “naturalizados”, isto é, passou-se a considerá-los como inerentes à constituição dos seres humanos. Assim, o conceito de gênero se destina a questionar a hegemonia masculina, que impõe a subordinação das mulheres, fazendo com que tudo (ou quase) que remeta ao mundo dos homens seja melhor ou superior ao universo feminino (BRASIL, 2004, p.21).

A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política de identidade, vem-se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar”.(BUTLER, 2005)

O movimento feminista nasce como uma forma de contestação da dominação masculina sobre a vida e o corpo das mulheres. No decorrer do século XX, a partir da reflexão sobre a situação das mulheres nas sociedades ocidentais modernas, foi possível explicitar as desigualdades sociais que marcavam suas vidas. Com o movimento, surgiu uma nova consciência, a partir da qual se passou a reivindicar a igualdade social e jurídica, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, traduzidos no igual acesso de ambos à educação, ao mercado de trabalho e ao voto. Também foi possível questionar a divisão sexual do trabalho, caracterizada pela desigual repartição de tarefas e de poder entre os sexos, presente nas diversas sociedades (BRASIL, 2009, p.67):

O objetivo principal do feminismo tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. Como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil. A força por trás da teoria e da prática feminista no período do pós-guerra tem sido seu compromisso de erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente a teorias biologicamente deterministas, que explicam a posição social das mulheres como resultado de diferenças inatas (BRAH: 2006 p. 342).

Porém, muito mais frequentemente do que se imagina corpos, desejos, sentimentos e comportamentos não são iguais e não correspondem necessariamente às expectativas do que é tido como “natural”, “certo” e “normal”. Um homem pode se sentir “masculino” e desejar outro homem. Uma mulher pode se sentir “feminina” e desejar outra mulher. Alguém que nasceu com atributos corporais masculinos e foi educado para “atuar como homem” pode se sentir “feminino” ou vice-versa, a ponto de querer modificar seu corpo, tornando-se tão mulher (ou tão homem) quanto quem teve esse gênero atribuído ao nascer.

A sexualidade, ao contrário do que se pensa, não é uma questão de “instintos” dominados pela natureza ou apenas de impulsos, genes ou hormônios. Tampouco se resume às possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. Ela é, sobretudo, uma construção. A sexualidade envolve um processo contínuo, de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascemos dotadas e dotados de determinadas capacidades biológicas. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida, por isso, as expressões da sexualidade humana são tão diversas (BRASIL, 2009, p.114,115).

Pelo fato de muito tempo, ter acreditado que a sexualidade fosse um fenômeno meramente natural, que ocorria entre os seres humanos de maneira semelhante à dos animais. Por isso, se considerava que a finalidade última da atividade sexual era a reprodução da espécie, e tudo que escapasse a esse “destino” era tido como algo anormal, um desvio. Desde os primórdios da humanidade, já se sabia que, além de possibilitar a procriação, o sexo é também fonte de prazer. Contudo, devido à posição diferenciada entre mulheres e homens na sociedade, as boas sensações resultantes da prática sexual eram exacerbadas no sexo masculino e desencorajadas e até mesmo reprimidas no sexo feminino. Entretanto, com o advento das técnicas de planejamento familiar e, em especial, com a descoberta da pílula anticoncepcional, a sexualidade passou a ser encarada com outros olhos, pois já era possível evitar a gravidez sem deixar de praticar sexo. Algumas pessoas se referem a essas mudanças como revolução sexual. Outras defendem que não foi bem uma revolução, pois as assimetrias de gênero e a dominação masculina ainda se mantêm.

Nesse mesmo contexto se iniciam as discussões de gênero em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, tanto na vida pública quanto na doméstica, impulsionando o aparecimento de uma nova identidade social: a homossexual. Os indivíduos dessa categoria social eram, até então vistos como doentes, pervertidos e pecadores. Com relação ao do sexo biológico masculino, essa visão se baseava em dois argumentos: 1) seu comportamento social não era o que se esperava dos homens; 2) o desejo de serem penetrados na relação sexual os tornava passivos. Ou seja, em ambos os casos eles abriam mão de seu poder de “macho” para se sujeitarem ao suposto e imposto papel inferior das mulheres.

Com uma maior visibilidade da questão homossexual e com o questionamento das desigualdades de gênero, seguindo o movimento feminista, o movimento homossexual surge em defesa de direitos, reforçando a contestação da heterossexualidade compulsória. O dia 28 de junho de 1969 marca o início do moderno movimento homossexual mundial, quando no bar *Stonewall*, em Nova Iorque, homossexuais se rebelaram contra a perseguição policial. A partir de então, em todo o mundo, o dia 28 de junho se comemora o “Dia Internacional do Orgulho Gay”. Esses movimentos certamente contribuíram e contribuem para a transformação do paradigma da sexualidade.

No Brasil, os primeiros grupos militantes homossexuais surgiram no final dos anos 1970, no contexto da “abertura” política que anunciava o final da ditadura militar. Aliado ao Movimento Feminista e ao Movimento Negro, o movimento homossexual teve suas origens divididas em três “ondas”, sendo que a “primeira onda” (do Movimento Homossexual) continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir hierarquias de gênero e lutar contra a repressão sexual, fonte de autoritarismo e de produção de violência e desigualdade. Pertencem a essa fase o grupo Somos, de São Paulo, no ano de 1978. Num primeiro momento, o Somos³ era composto exclusivamente por homens, passando posteriormente a ser frequentado por mulheres, que se organizavam em grupo separado – o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), a partir de 1981 (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p.61).

Os membros do Somos queriam tornar a homossexualidade visível à sociedade brasileira e, para isso, participavam de debates em universidades, passeatas, manifestações de repúdio à intolerância, etc. O grupo também serviu de referência para a formação de muitos outros grupos por todo o Brasil nos anos subsequentes. O jornal *Lampião*⁴, editado no Rio de Janeiro, trás a público experiências seminais de organização política alternativa, que promoviam a reflexão em torno da sujeição do indivíduo às

³ Grupo Somos de Afirmação Homossexual surgiu em maio de 1978 como Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais. Primeiro grupo paulista de militância homossexual, objetivava ampliar a consciência individual sobre a homossexualidade, bem como a inserção social dos homossexuais.

⁴ O *Lampião* foi um jornal homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964.

convenções de uma sociedade sexista, gerando espaços onde a diversidade sexual podia ser afirmada.

A “segunda onda” (do Movimento homossexual) no Brasil corresponde a um período de aumento da visibilidade pública da homossexualidade, na década de 1980, com o desenvolvimento de um estilo de militância de ação mais pragmática, mais preocupada com aspectos formais de organização institucional e voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e a violência dirigidas aos homossexuais (Simões; Facchini, 2009, p.61), preocupava-se igualmente com a chegada da epidemia da Aids.

Com essa epidemia do HIV/AIDS, reacendeu-se a ligação entre a homossexualidade e a doença. Expressões como “peste gay” espocaram e persistiram, mesmo depois de constatado que o vírus poderia ser transmitido a qualquer pessoa, através de sangue, espermatozoides e outros fluidos corporais. Mas a (AIDS) contribuiu também para mudar drasticamente as normas de discussão pública sobre a sexualidade. Sexo anal, sexo oral, doenças venéreas, uso de camisinha e outras práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade passaram a ser comentados e debatidos com uma franqueza sem precedentes. Junto com o triste legado de intolerância, violência e morte, a epidemia escancarou também a presença socialmente disseminada de práticas homossexuais masculinas para além da população homossexual visível. Hostilidades renovadas à parte, as respostas à epidemia do HIV-Aids resultaram também em experiências inovadoras no ativismo pela homossexualidade em muitos lugares (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p.51-52).

Foi nesse contexto que atuaram os grupos Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia (GGB). O objetivo destes grupos, além das atividades comunitárias, era promover mudanças na sociedade e em diferentes níveis do governo que servissem para diminuir a discriminação contra os homossexuais. Interessava incidir nas ações de governo, na política partidária, no âmbito legislativo e em organizações da sociedade civil.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) foi o primeiro grupo a pôr em prática, em 1981, a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS). A mudança foi

sancionada pelo Conselho Federal de Medicina em 1985. Foi uma campanha marcante por ter mirado em uma das raras instâncias em que se discriminava oficialmente a homossexualidade no Brasil e, desta forma, ter questionado a associação entre homossexualidade e doença que voltava com força devido à AIDS (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p.121).

Durante a Constituinte de 1988, foi do Grupo Triângulo Rosa a articulação do movimento homossexual para reivindicar a inclusão da expressão “orientação sexual” na Constituição Federal, no artigo que proíbe discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade” e no artigo que versa sobre os direitos do trabalho. Embora sem sucesso nessa instância, o combate a esse tipo de discriminação passou a ser incluído nas legislações de vários estados e municípios.

Na “Terceira onda” (do Movimento Homossexual), durante a década de 1990, podemos identificar a crescente aproximação dos grupos e associações homossexuais com o modelo ideal das organizações não-governamentais (ONGs), com a criação de estruturas formais de organização interna e preocupações com a elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos, bem como com a formação de quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p.61-62).

Nessa conjuntura, também foi produzida uma maior articulação entre os grupos, através da celebração de encontros anuais de organizações ativistas que deram origem, em 1995, à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). A ABGLT passa então a responder em nome do movimento junto ao governo e a iniciar uma maior articulação política com a criação de uma frente parlamentar pró-LGBT. No Ceará, destacam-se o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), a Associação de Travestis do Ceará (ATRAC), o LAMCE – Liberdade de Amor entre Mulheres no Ceará, dentre vários outros grupos que surgem no interior do estado.

Desde 2009, a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA e a ABGLT deram início à jornada pelo garantia do Direito do Uso do Nome Social de Travestis e Transexuais no Espaço Escolar. Até 2012, essa jornada resultou, em mais de 21 estados, que fossem assinadas e publicadas, portarias, resoluções ou Leis que garantissem o uso do nome social de travestis e transexuais no ambiente escolar.

Em abril de 2012, o Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará assina a Resolução de Nº 437/2012, que dispõe sobre a inclusão do nome social de Travestis e Transexuais na Rede Estadual de Ensino.

Aos poucos, a homossexualidade foi saindo da clandestinidade.

No contexto da diversidade sexual, as análises comportamentais e as formas de expressões (re)produzidas pela sociedade em geral e, até mesmo, pela academia, passam a ser monitoradas como forma de obter maior compreensão, visibilidade e respeito ao universo LGBT. No que se refere à nomenclatura, o termo orientação sexual veio substituir a noção de opção sexual, pois o objeto do desejo sexual não é uma opção ou escolha consciente da pessoa, uma vez que é resultado de um processo profundo, contraditório e extremamente complexo de constituição, no decorrer do qual cada indivíduo é levado a lidar com uma infinidade de fatores sociais, vivenciando-os, interpretando-os, (re)produzindo e alterando significados e representações, a partir de sua inserção e trajetória social específica. Atualmente, quando empregada a expressão orientação sexual, esta se refere à atração que um indivíduo sente por pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou de ambos os sexos. Ou seja, esse termo não tem relação alguma com a orientação dada por alguém, pela família ou pela sociedade quanto ao sexo ou gênero pelo qual uma pessoa deva se sentir atraída.

Outro termo alvo de críticas tem sido o “homossexualismo”. Em tal caso, a desinência “ismo” o torna extremamente inadequado, pois o reveste de conotação negativa, atribuindo significado de doença, desvio, aberração. Basta notar que não se fala em sexualismo ou heterossexualismo. Daí a preferência pelos termos homossexualidade, lesbianidade, bissexualidade, travestilidade, transgeneridade e transexualidade.

Vale ressaltar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) desconsidera que a homossexualidade seja identificada como doença e, por isso, em 1990, excluiu-a do Código Internacional de Doenças (CID). Antes dela, em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) já havia retirado a homossexualidade de seu Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais. Da mesma forma, no Brasil, os Conselhos Federais de Medicina (desde 1985) e de Psicologia (desde 1999) não consideram a homossexualidade como doença, distúrbio ou perversão. Diz a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1 de 1999:

Art. 2º Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles comportamentos ou práticas homoeróticas (BRASIL, 2007,p.18)

Dessa forma, portanto, se estabelece que tanto a medicina quanto a psicologia não podem e nem devem atuar no sentido de “curar” a homossexualidade (como se esta constituísse como uma doença). Ao contrário, devem contribuir no sentido de esclarecer e combater os preconceitos. Por esse motivo, a palavra homossexualismo é considerada um termo pejorativo para se referir à sexualidade das pessoas que possuem o desejo afetivo-sexual por pessoas do mesmo sexo.

A diversidade de orientação sexual e de identidades de gênero não deveria determinar a classificação das pessoas em diferentes categorias, pois esta classificação favorece a discriminação e ignora o caráter flexível do desejo humano. Em nossa sociedade, no entanto, o direito de existência e expressão das diferentes possibilidades da sexualidade não é plenamente respeitado. Para os que se “desviam” da norma heterossexual restam poucas alternativas: ou o silêncio e a dissimulação, ou a humilhação pública, a segregação e a violência (BRASIL, 2009, p.139). Apesar de toda uma luta de resistências do movimento LGBT, pessoas com desejos e comportamentos homossexuais ainda são obrigadas a conter suas manifestações de afeto e ocultar suas relações amorosas, sob o risco de serem segregadas, insultadas ou agredidas.

1.2- Diversidade Sexual e Ambiente Escolar

No cotidiano escolar, a sexualidade está presente das mais variadas formas: nos pressupostos acerca da conformação das famílias, dos papéis e do comportamento de homens e mulheres; nos textos dos manuais e nas práticas pedagógicas; em inscrições e pichações nos banheiros e nas carteiras; em olhares insinuantes que buscam decotes, pernas, braguilhas, traseiros; em brincadeiras, piadas e apelidos que estigmatizam os rapazes mais “delicados”.

Atualmente, meninas e meninos, garotas e rapazes ocupam o mesmo espaço físico nas escolas, mas lhes são ensinadas coisas diferentes. Muitas vezes, acredita-se que o simples fato de contar com a presença de estudantes de ambos os sexos em diversos ambientes, como nas classes e nos pátios, seja suficiente para a escola reverter o desnivelamento. Porém, isso não basta para assegurar uma real igualdade de oportunidades.

Dentro da instituição educacional circulam imaginários, formas de hierarquização, papéis, regras e formatos de participação, construção dos corpos e jogos de linguagem que colocam em ação, de forma cotidiana e por infinita repetição, as diferenças entre os sexos socialmente impostas pelas relações de gênero:

Não pretendo atribuir à escola nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. É preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm "eleitos de verdade", constituem parte significativa das histórias pessoais. (Louro, 2000)

No espaço escolar, as práticas homofóbicas são presenciadas como: aversão, repugnância, ódio e preconceito que algumas pessoas ou grupos nutrem contra os homossexuais, lésbicas e bissexuais. Muitas vezes, aqueles que guardam estes sentimentos não definiram completamente sua identidade sexual, gerando-lhes dúvidas e revolta, que são transferidas para aqueles que já definiram suas preferências sexuais. A homofobia também participa do senso comum, é invisibilizada, disseminada, cotidiana e naturalizada. Ela faz parte de um grupo de preconceitos, assim como o sexismo, o heterossexismo, o racismo entre outros, que se utiliza da discriminação para desvalorizar o outro que é tido como diferente (LIONÇO, 2009, p.19). A homofobia é pautada e repetida incansavelmente, ora através de mensagens normatizadoras, ora através do silêncio e do consentimento da violência no ambiente escolar brasileiro.

Os preconceitos, entendido tanto como ideias preconcebidas, a grupos étnicos, sexuais ou minoritários, estão enraizados, implicitamente e explicitamente, na sociedade brasileira, de forma que se encontram presentes em diversas instituições – sejam elas de caráter político, social ou cultural. Nesse contexto, a escola apresenta-se como uma das instituições de maior relevância para nossa sociedade; considerando-se lugar privilegiado

para a propagação ou combate às visões estereotipadas. Pergunto-me será que nossas escolas quebram ou perpetuam estes preconceitos?

A escola estruturou-se a partir de um conjunto de normas, valores e crenças valorizados pela heteronormatividade, ou seja, onde a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima de expressão identitária e sexual. Colaborando de forma geral para a construção e legitimação da homofobia. A escola não é alheia à sociedade.

Na escola, a homofobia pode se expressar por meio de agressões verbais e/ou físicas a estudantes que não se enquadrem ao que se entende como heteronormatividade, conceito esse criado para descrever a norma que toma a sexualidade heterossexual como norma universal e os discursos que descrevem a situação homossexual como desviante. A heteronormatividade presente muitas vezes no espaço escolar atua como uma política de silêncio, em que se estabelece o que pode ou não ser dito:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. (LOURO,1997, p.57).

Nesta dimensão, deixa de compreender a diversidade sexual e suas expressões, adotando um discurso em que aqueles que não se enquadram nessas “normas” são invisibilizados, e não têm espaço no ambiente escolar. Com esse silenciamento a respeito da existência desses alunos, a escola os trata como se os mesmos não existissem.

Em distintos graus na escola podemos encontrar expressões de homofobia, ela aparece na hora da chamada (as brincadeiras em torno do número 24, por exemplo; mas, especialmente, na recusa de se chamar a estudante travesti pelo seu “nome social”), nas piadas e nas brincadeiras “inofensivas”.

Estão nos bilhetinhos, carteiras, quadras, paredes dos banheiros, na dificuldade de ter acesso ao banheiro. Motiva brigas no intervalo e no final das aulas. Está nas rotinas de

ameaças, intimidação, chacotas, humilhações, tormentas, degradação, marginalização, exclusão etc.

A escola pode se configurar como um ambiente hostil, de discriminação, preconceitos e opressão. Ela restringe o comportamento, vigia e exerce um controle sobre as atitudes dos alunos, criando um ambiente de violência no qual estão submetidos inúmeros adolescentes LGBT, muitas vezes vulneráveis a situações delicadas de internalização da homofobia, negação e auto-culpa.

Uma marginalização que, entre outras coisas, serve para circunscrever o domínio do sujeito “normal”. À medida que se procura consolidar e legitimar a marginalização do indivíduo “diferente” termina por dar maior valor ao conjunto dos tidos como “normais”. A existência do padrão tido como “normal” não depende apenas da existência do “diferente”: é indispensável legitimar a condição de marginalizado vivida pelo “outro” para afirmar, confirmar e aprofundar o terreno entre os “normais” e os “diferentes”.

Não por acaso, tratamentos preconceituosos, ofensas, constrangimentos, segregações, ameaças e agressões físicas ou verbais são constantes na vida escolar das pessoas que de algum modo são identificadas como LGBT. Estas pessoas se veem, desde cedo, às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações e expressões desqualificantes.

Tais “brincadeiras” são poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica. Não muito raro, garotos são alvos de chacotas por parte dos colegas e professores/as antes mesmo de se identificarem como “gays”. Com seu nome escrito em banheiros, carteiras e paredes da escola, o “veadinho da escola” permanecerá alvo de zombaria, comentários e variadas formas de violência ao longo de sua vida escolar. E mais: tais brincadeiras ora escondem, ora explicitam insultos e ofensas, que são jogos de poder que marcam a consciência, o corpo e também a memória da vítima e moldam suas relações com o mundo.

A escola também pode atuar como um dos principais agentes responsáveis pela (re)produção e naturalização da homofobia, não apenas no que se refere aos conteúdos disciplinares, mas também às interações cotidianas que ocorrem em seu interior e que são extensivas, também, ao ambiente doméstico. Nesse aspecto, a homofobia reflete a mesma lógica violenta de outras formas de inferiorização, como o racismo e o sexismo, cujo

objetivo é sempre o de desumanizar o outro. No entanto, observa-se uma diferença fundamental: enquanto uma vítima de racismo é acolhida e confortada por sua família, a vítima de homofobia, com raras exceções, não encontra em sua própria casa a compreensão e o apoio necessários para seu conforto. Depreende-se daí o papel fundamental que uma escola verdadeiramente cidadã tem de desnaturalizar a homofobia para além de seus muros (BRASIL, 2004, p.8).

É importante notar, no entanto que, embora presente em todos os dispositivos de escolarização, a preocupação com a sexualidade geralmente não é apresentada de forma aberta. Indagados/as sobre essa questão, é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo: "em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nessa área", ou então, "nós acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos". De algum modo, parece que se deixarem de tratar desses "problemas" a sexualidade ficará fora da escola. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz... (LOURO, 1997, p.80-81)

Entre as diversas formas atuais de preconceito e discriminação, a homofobia ainda é a menos discutida e a mais consentida na presença de outras pessoas que não sofrem o ato homofóbico em si. É uma produção histórica cultural em que teorias são criadas, defendidas, justificadas nas ciências e leis, e a escola inserida nessas condições históricas as reproduz e reafirma o que a sociedade exige dela. Mas temos que atentar que a homofobia não é criação exclusiva da escola, é fruto de toda uma produção histórica ao longo de décadas e séculos.

Presente nas piadas, nas expressões pejorativas, na linguagem cotidiana, a homofobia aponta os gays e lésbicas como seres desprezíveis; são agressões verbais ou até mesmo físicas que marcam a consciência e o corpo. Trata-se de uma consequência inevitável da heteronormatividade, pois funciona como um modo de identificar e tentar punir todo e qualquer afastamento ou "desvio" em relação ao padrão heterossexual institucionalizado, uma vez que este é socialmente imposto a todos. A homofobia rotula e inferioriza uma imensa categoria de indivíduos e tem por consequência imediata

extinguir ou impedir o exercício de direitos que são usualmente acessíveis a todas as demais pessoas.

A solidão é uma consequência marcante da homofobia, a exclusão do grupo escolar afeta a meta educacional de inclusão democrática.

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse "contagiosa", cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. (LOURO, 2000)

A homofobia persiste entre nós, sobretudo na forma velada e menos espetacular da humilhação e da segregação cotidianas, que ocorrem em contextos de proximidade, na família, entre vizinhos e conhecidos. Pode-se dizer, sem medo de errar, que sofrer algum tipo de insinuação, ofensa verbal ou de ameaça de agressão física faz parte da experiência cotidiana de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

As práticas homofóbicas atingem meninos, meninas e jovens que se assumem homossexuais. A homofobia instaura um regime de controle da conduta sexual e de adaptação aos padrões de gênero dominantes, presente na formação de todas e todos. Ela monitora o tipo de contato físico que é possível haver, e em que contextos, entre homens e entre mulheres, e também as linguagens corporal e verbal, além do tipo de sensibilidade que se deve expressar ou evitar.

Nesse sentido, trata-se de uma manifestação do sexismo que prescreve para as pessoas determinadas condutas, de acordo com as expectativas geradas pelo papel social que lhes foi atribuído, subordinando o feminino ao masculino. A homofobia vigia e acusa tudo o que considera ser um desvio do masculino na direção do feminino e vice-versa, controlando as fronteiras do natural das relações entre os sexos (BRASIL, 2009, p.152).

A escola tem um papel importante na luta contra a intolerância e a homofobia, ela deve trabalhar as possibilidades de pertencimento, nas quais exista a inclusão de todos num mesmo espaço de sociabilidade, a promoção de igualdade e o reconhecimento e

respeito à diversidade de valores e comportamentos relativos à sexualidade em suas diferentes formas de expressão.

A cultura escolar está permeada de conflitos, contradições e confrontos, e a escola pode perpetuar preconceitos, mas também ajuda a desconstruí-los. A escola não se resume a ser apenas o reflexo das posturas, dos valores e das crenças da sociedade em que está inserida. Ela também tem grande potencial para refletir sobre essa mesma sociedade e seus mecanismos de exclusão social.

Entendemos que a escola reproduz violações de direitos e violência contra pessoas de orientação sexual diversa da norma, mas também constitui espaço privilegiado de reflexão, troca de conhecimentos e experiências de vida e de novas aprendizagens. Trata-se de educar para a cidadania, valendo-se da potencialidade de estudantes e profissionais da área da educação visando à formação de uma cultura democrática que tenha como ponto de partida o reconhecimento e o respeito às questões relativas à diversidade sexual e à identidade de gênero. A mesma deve ser pensada como um ambiente onde os direitos humanos à igualdade, respeito, solidariedade e democracia sejam os pilares fundamentais, e onde também, a exploração, e qualquer forma de discriminação sejam rigorosamente combatidas. É um dos espaços privilegiados de transformação social e, nesse sentido, pode colaborar para a construção de uma sociedade democrática, mais justa e mais igualitária.

1.3- Perspectivas Educacionais de Combate ao Sexismo e à Homofobia

Aprofunda-se no país a compreensão de que a escola é um local privilegiado para desenvolver uma consciência crítica e prática pautadas pelos direitos humanos e pelo reconhecimento da diversidade. São inúmeras as iniciativas, em âmbito escolar, voltadas à promoção da diversidade e ao enfrentamento da violência. Mais recentemente, iniciativas voltadas para a superação do sexismo e da homofobia confirmam a escola como um dos mais importantes espaços para se promover a cultura do reconhecimento da diversidade quanto à orientação sexual e à identidade de gênero.

As preocupações em torno das sexualidades, das homossexualidades e das identidades e expressões de gênero não são novas no espaço escolar. No entanto, no Brasil, só a partir da segunda metade dos anos de 1980, elas começaram a ser discutidas mais abertamente no interior de diversos espaços sociais – entre eles, a escola e a universidade (sobretudo nos programas de pós-graduação, a partir dos quais se constituíram núcleos de estudos e pesquisas sobre Gênero e a área de Estudos Gays e Lésbicos). Até então, nas escolas, quando os temas relativos à sexualidade apareciam no currículo, ficavam circunscritos às áreas de Ciências ou, eventualmente, a Educação Moral e Cívica (BRASIL, 2007, p.12).

A instituição escolar quando não trabalha com a inclusão dos estudantes com orientação sexual diferente da heterossexual, relega-os a uma condição de inferioridade, produzindo sofrimento e toda sorte de discriminação, agressões e preconceitos, com isso afrontam totalmente os direitos desses estudantes garantidos tanto na Constituição Federal, como no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como na Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB):

Art. 2o A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3o O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

(LDB, 1996)

Estabelece-se, portanto, o respeito ao pluralismo, à liberdade e o apreço à tolerância. Por sua vez, a implementação de ações com vistas à promoção da equidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento ao sexismo e à homofobia encontra respaldo também nas propostas de ações governamentais relativas à educação, conscientização e mobilização contidas no Programa Nacional de Direitos Humanos II (de 2002), no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), no Programa Brasil sem Homofobia (2004) e no Plano Nacional de Educação em Direitos

Humanos (2006), gestados a partir de lutas e transformações que receberam maior impulso desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2007, p.22).

A construção de políticas públicas para a população LGBT foi formalizada em 2004, quando foi elaborado com ampla participação da sociedade civil o Programa Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, elaborado em estreita articulação com o movimento social LGBT e com outras forças sociais e políticas. Esse Programa, verdadeiro marco histórico na luta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, deve ser visto como um crucial e necessário avanço na ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania por consolidar direitos políticos, sociais e legais tão arduamente conquistados pelo movimento LGBT brasileiro no enfrentamento à homofobia (BRASIL, 2004, p.8).

O objetivo do programa é promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. O Programa Brasil Sem Homofobia possui como princípios:

- A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias.
- A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta.
- A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira. (Brasil, 2004, p.11-12)

No capítulo V, do Brasil Sem Homofobia(2004), encontramos as proposições do Estado para o combate da homofobia no âmbito da educação:

- Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual.
- Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
- Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
- Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
- Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB.
- Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas. (Brasil, 2004, p.22-23)

O órgão responsável pela coordenação do Programa Brasil Sem Homofobia é a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, no entanto, há a participação de outros Ministérios e órgãos públicos, que se integram, visando contribuir para a promoção do respeito à diversidade sexual e o combate às várias formas de violação dos direitos humanos (GENTLE, 2008, p.24).

Fica sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) a promoção de campanhas de combate à violência homofóbica nas escolas, sendo que, em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que reuniu pela primeira vez na história do MEC, temas voltados para os grupos socialmente excluídos, tornando-se um marco na valorização da diversidade da população brasileira e para a formulação de políticas públicas e sociais como instrumento de cidadania.

As políticas educacionais precisam levar em conta as discussões acerca da função social da escola na construção de masculinidades e feminilidades contrapostas ao modelo convencional, masculino, heteronormativo, branco e de classe média. Não podem ignorar os efeitos que os processos de construção de identidades e subjetividades masculinas, femininas, hetero, homo ou bissexuais produzem sobre a permanência, o rendimento

escolar, a qualidade da interação de todos os atores da comunidade escolar e as suas trajetórias escolares e profissionais (BRASIL, 2007, p.35).

É evidente que a diversidade sexual está presente na escola, porém, não é percebida ou, se é, acaba sendo inibida pela sociedade que quer normatizar comportamentos e acaba por excluir aqueles/as que não se enquadram no perfil pré-estabelecido pela maioria.

Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir". (LOURO, 1997, p.81)

Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais estão submetidas (os) a um processo de invisibilização que resulta na sua exclusão, tanto do ambiente escolar quanto dos espaços públicos. Eles são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola. Com isso, negam-se direitos básicos de cidadania, configurando-se como uma das mais esmagadoras formas de opressão:

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 2000).

O currículo é frequentemente associado a uma lista de tudo aquilo que a escola pretende ensinar e também a uma relação de matérias, cada qual com seus conteúdos apresentados numa sequência que será trabalhada com os estudantes de cada série. Um currículo que contemple as questões de gênero propiciará, efetivamente, o respeito às diferenças tanto entre meninas e meninos, quanto entre mulheres e homens na sua diversidade; tanto no espaço escolar como, conseqüentemente, na sociedade de modo geral.

No entanto, o modelo de Diversidade Sexual que é trabalhado frequentemente nas escolas ainda é aquele cujos aspectos biológicos funcionam como a base do assunto, como se fosse propriedade única e exclusiva da Biologia, em que se associa muitas vezes o sexo às doenças, gravidez, e principalmente é centrada na heterossexualidade, negando assim outras formas de orientação sexual, principalmente aquela em que sujeitos possam ter como objeto amoroso e de desejo alguém do mesmo sexo, o que contribui para reforçar o padrão heterossexual.

Para garantirmos que os seres humanos desenvolvam uma sexualidade saudável, os direitos sexuais devem ser reconhecidos e respeitados por todas as sociedades de todas as maneiras. Assim para a construção dessa sociedade com pessoas saudáveis, plenas, conscientes e felizes, é inegável a importância de se trabalhar a diversidade sexual nas escolas.

Capítulo 2

2.1- Um breve Estudo de Caso

Estabelece-se o ensino voltado para a valorização e respeito à diversidade, no entanto, é importante constatar como isso tem se dado ou não na prática do cotidiano escolar. Visando esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo em uma escola de Ensino Médio, localizada na cidade de Redenção/CE, distante à 50 km de Fortaleza.

A escola em questão atende aproximadamente 600 alunos, provenientes tanto da área urbana quanto rural da cidade, assim como de cidades próximas, nos turnos da manhã e da tarde. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o diretor da escola, professores e alunos, todos questionados sobre a forma como são discutidos temas relacionados à diversidade sexual e, principalmente, à homofobia.

A primeira entrevista se deu com o diretor da escola, que, questionado sobre a existência de projetos/disciplinas/eventos que tratassem do tema diversidade sexual ou combate à homofobia, relatou não haver nenhum projeto específico, mas que como se tratava de um tema transversal “todas as disciplinas” e “todos os professores devem falar algo”.

No que se refere à existência de casos de discriminação relacionados à orientação sexual e ao posicionamento da escola nesses casos, ele respondeu não ter presenciado nenhum caso, mas, se ocorresse, a escola tomaria as providências como em qualquer outro acontecimento dessa espécie. Alegou ainda que todos são “iguais” perante as regras da escola e que não havia “privilégios”, vejamos:

Nós sempre deixamos claro para todos os estudantes que todos são iguais perante as regras da escola e que não há nenhum “privilégio” por quaisquer que sejam as características econômicas, sociais, de gênero ou de “escolha” sexual.

No entanto, há algumas problemáticas em sua fala, por exemplo, quando ele diz que “todos são iguais” perante as regras e que não há privilégios, ou seja, tratamento

diferenciado. Em sua percepção, portanto, tratar de formas diferentes sujeitos diferentes seria uma forma de “privilégio”.

O que se percebe é que as diferenças existentes entre os sujeitos (no caso, os estudantes da escola) são invisibilizadas e eles são inseridos na categoria homogênea, chamada aluno. Como não existem “diferenças”, pois são todos “iguais” na escola, os temas que tratem dessa questão, como racismo e/ou homofobia, não têm tanta relevância se comparados a outros temas, como a violência e uso de drogas, como ele citou depois, se referindo como temas mais urgentes e recorrentes entre os alunos.

Percebe-se ainda em suas palavras que a orientação sexual em sua percepção é na realidade uma escolha, e que esta, como ele dirá mais a frente, “deve ser respeitada”. É importante ainda destacar que ele não se refere em nenhum momento a homofobia, mas a “bullying de gênero”. E por fim, diz que na sua visão todos os alunos convivem em “harmonia”.

Essa visão não é compartilhada pelos alunos entrevistados que relatam a existência da homofobia e, sobretudo, a ausência de discussão desse tema no âmbito escolar. Segundo os entrevistados, a escola discute alguns temas relacionados à diversidade, mas não a sexual.

Pedro (15 anos, 1º ano) diz que já presenciou casos de discriminação, e questionado sobre de que tipo, ele respondeu: “pelo fato da pessoa ser gay e as outras não aceitarem e ficarem tirando brincadeira”. Disse ainda que normalmente na sala de aula “quando o gay fala, alguém sempre fica rindo” e que isso prejudica no desempenho escolar porque “muita gente fica com medo, fica assim... fica tipo depressivo, que não quer falar, porque se falar eles vão zoar”.

Isso vai de encontro ao que diz João (16 anos, 1º ano), que as “brincadeiras” dirigidas a ele são comuns, vejamos:

Comigo já foi várias vezes desde que eu entrei aqui. Eu já vim pela manhã porque nós estamos fazendo parte de um grupo de leitura na biblioteca. Ai eu passando e o menino nem me conhece, ai o menino: - ei viado, assim comigo. Ai eu falei assim, olha, quando eu visto a farda, que eu saio de casa para vim para a escola, eu saio como aluno não saio como marginal. Eu disse a ele, disse a ele: - espero que você me respeite porque eu entro

aqui e respeito todo mundo, eu exijo respeito. (João, 16 anos, 1º ano).

Existem algumas questões importantes apontadas na fala do entrevistado, primeiro o fato das brincadeiras serem comuns. Chamo à atenção ainda para o fato dele usar em sua fala a palavra “marginal”, se referindo a sua condição na sociedade, e ao termo “aluno” para sua condição na escola. É como se o fato de ser homossexual o colocasse em situação de marginalidade, tanto no sentido de está praticando algo ilícito, quanto no sentido de está à margem da sociedade. Já quando ele “veste a farda” e vai para a “escola” é como se ele deixasse de ser “marginal”, tornando-se digno de respeito como qualquer outro aluno, isso pode ser percebido quando ele diz “eu entro aqui e respeito todo mundo” e por isso “eu exijo respeito”.

A escola parece assegurar a cidadania àquele que na sociedade é marginalizado. No entanto, quando no ambiente escolar ocorrem frequentemente situações de discriminação, a escola pode deixar de exercer esse papel, e tornar-se apenas mais um ambiente de reprodução das discriminações, desestimulando os estudantes que são vítimas delas.

Todos os alunos entrevistados relataram ser importante discutir esse tema na escola e também na família para que as pessoas compreendam a necessidade de respeitar as diferenças:

Eu acho importante não só na escola e até em casa mesmo, porque hoje em dia as pessoas não estão preparadas para receber as outras pessoas que são diferentes. Eles acham que todo mundo tem que ser do mesmo padrão e ninguém é obrigado a ser do mesmo padrão e a gente tem que respeitar se o outro não é. (João, 16 anos, 1º ano).

Existe um consenso por parte dos alunos entrevistados sobre a importância de se discutir esses temas, no entanto, isso não tem ocorrido de maneira efetiva. Também ficou claro, pelo menos para alguns professores, a existência dessa problemática na escola. A professora de Língua Portuguesa relatou que os “deboches”, “comentários

constrangedores” são frequentes e que, recentemente, em uma atividade grupal, um aluno perguntou se o menino (homossexual) iria ficar no grupo dos homens ou das mulheres.

As dificuldades apontadas para se trabalhar as questões ligadas à diversidade sexual baseiam-se no fato de que há muitos mitos e tabus em volta da palavra sexualidade. A dúvida e a falta de informações são fatores que geram, em primeira instância, o preconceito, a discriminação e o desrespeito aos diferentes, bem como também faz com que papéis estereotipados de como se comporta cada gênero sejam perpetuados. Na escola investigada, falta interesse, sensibilidade e formação para lidar com o tema. Por sua vez, a ausência dessas discussões geram uma série de prejuízos no ambiente escolar, afetando, sobretudo, os indivíduos que fazem parte dela.

Numa perspectiva de continuidade do estudo, podemos vislumbrar, num futuro breve, a possibilidade de análise dos prejuízos e avanços sentidos também pela família e pela sociedade do entorno escolar, além da inclusão de novos sujeitos(as) de representação do universo LGBT.

Considerações Finais

O predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias na sociedade brasileira ainda é uma realidade, contudo, no decorrer do século XX e início do século XXI as lutas pela igualdade de gênero e também pelo respeito à diversidade têm sido constantes.

Ao mesmo tempo, cada vez mais se estabelece no país o consenso sobre a importância da escola na promoção de uma educação voltada para a cidadania e respeito às diferenças. A escola se estabelece, portanto, como um local privilegiado, visto que pode contribuir para a desconstrução de preconceitos e para a formação cidadã dos estudantes.

No entanto, a escola não é alheia à sociedade e, muitas vezes, desempenha o papel de reprodutora de todas as desigualdades e preconceitos existentes na sociedade em geral. Apesar dos grandes avanços e iniciativas nesse sentido, como a promulgação do Programa Brasil sem Homofobia (2004) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), que propõem um ensino voltado para a valorização e o respeito às diferenças no ambiente escolar, se percebe pelo exercício da pesquisa que nem sempre essas diretrizes são postas em prática no cotidiano escolar.

É o que acontece no caso da homofobia, já que em alguns casos a escola se nega a perceber e reconhecer esses diferentes públicos, mostrando-se muitas vezes indiferente ao diferente. Parte dos professores e diretores costumam dirigir-se aos seus alunos como se não houvesse ali um aluno gay ou uma aluna lésbica e, sobretudo, sendo até certo ponto coniventes com as chamadas brincadeiras dirigidas a esses alunos.

Isto foi observado no breve estudo de caso realizado durante esta pesquisa, em que ficou claro que além de a escola não trabalhar especificamente com o tema da diversidade sexual, os casos de agressões verbais e/ou brincadeiras são tratados como qualquer outra forma de indisciplina. Invisibilizando, assim, o problema e, dessa forma, deixando de discuti-lo e combatê-lo.

A quase ausência da temática na escola gera prejuízos aos alunos, uma vez que a finalidade de se trabalhar com a diversidade sexual é contribuir para que estes possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania, na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro, e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento - elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Referências Bibliográficas

ASINELLI-LUZ Araci; CUNHA Josafá Moreira da. *Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do Ensino Médio no Brasil entre 2004 e 2008*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 87-102, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

BRAH, Avta. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu. Nº26, 2006. p. 329-376.

BRASIL. *Projeto Escola Sem Homofobia*. Brasília, Ministério da Educação/MEC.(2004)

BRASIL. *Programa Brasil Sem Homofobia: Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. 2004

BRASIL. *Cadernos SECAD 4 – Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília, DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2007

BRASIL. *Gênero e diversidade na escola: Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. 2009

BUTLER, Judith. *Desconstrução do Gênero*. In: Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 179-199, janeiro-abril/2005.

BUTLER, Judith. *Marcadores sociais da diferença: Sobre as especificidades da mulher negra no Brasil*.

DINIS, Nilson Fernandes. *Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

FAZANO Luciana Cristine; RIBEIRO Arilda Inês Miranda; PRADO Vagner Matias do. *Homofobia na escola: o discurso indiferente ao aluno diferente*. Revista de Psicologia da UNESP 10(2), 2011.

GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (ORGs). *Gênero, Diversidade Sexual e Educação: Conceituação e*

Práticas de Direito e Políticas Públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. (Orgs.). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres : Ed. UnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Do Movimento Homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

Relatório ONU, Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar direitos. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/brasil/visao-geral/>>

BRASIL, Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf/>

Resolução nº437/2012, de 11 de abril de 2012. Disponível em <http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/resoluo%20437.2012.pdf/>